

**PARA UM DEBATE SOBRE RISCO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS:
aproximações e dificuldades**

**FOR A DEBATE ON RISK IN SOCIAL SCIENCES:
*approximation and difficulties***

Ednalva Maciel Neves

Universidade Federal da Paraíba

Leila Sollberger Jeolás

Universidade Estadual de Londrina

É com grande prazer que trazemos para o leitor uma seleção de textos em que o tema do risco é tomado como referência para se pensar fenômenos e problemas sociais vivenciados nas sociedades contemporâneas. Nosso propósito foi reunir algumas reflexões, no contexto das Ciências Sociais, cujas ideias ajudassem a refletir sobre o valor que o 'risco' tem assumido na práxis social, seja enquanto discurso normatizador, seja enquanto resultado de experiências cotidianas.

O termo tem se configurado para pensar e comunicar certas experiências sociais que vão desde catástrofes 'naturais' às chamadas 'manufaturadas' (para considerar as consequências da industrialização, nos termos de Giddens, 1991). Ele remete, também, à participação do conhecimento científico na produção dos fenômenos (e, portanto, de ameaças, medos e desastres), enquanto campo social gerador de tecnologia, assim como à problematização deste conhecimento quando não corresponde às expectativas nele depositadas socialmente.

Não se pode negar, no entanto, que o termo se dissemina enquanto significante que viabiliza a expressão de experiências sociais semelhantes vivenciadas por grupos sociais diferentes, como acontece frente às mudanças climáticas e ao adoecimento. Isso não quer dizer que o significado aplicado tenha a mesma configuração de sentido expresso nos termos tecnocientíficos; pelo contrário, os enfoques dados ao termo pelo senso comum assumem configurações que não estão diretamente vinculadas à sua expressão abstrata e conceitual, utilizada por disciplinas e domínios da ciência. Isto revela o caráter polifônico que tem assumido e a sua capacidade de compor metáforas em contextos sociais diferentes. O termo risco permite a comunicabilidade sobre o "arriscado", "arriscoso", "perigoso", "inseguro", os imponderáveis da vida cotidiana, garantindo a interlocução mesmo em

cenários de dissensão semântica e cultural.

A dificuldade crescente de apreender os sentidos do termo já fora indicada em uma coletânea, *Le risque*, de 1965, publicada na revista *Esprit*, na qual os editores alertavam para a utilização repetida da palavra, de acordo com as necessidades que se apresentavam então, e para o fato de que a extensão do seu uso indicava a pobreza do vocabulário.

Por sua vez, é deste caráter polifônico que desponta sua natureza política, no sentido da difusão de ideias que uniformizam e conformam experiências sociais que são distintas, tanto em termos da produção de riscos quanto no alcance de suas consequências ou implicações. Acreditar que os riscos são difusos e que atingem a todos representa dizer, também, que alguns estão assumindo suas consequências sem o acesso aos benefícios da tecnologia que os sustentam. Por outro lado, o caráter político do risco pode ser encontrado também na anunciação da neutralidade do conhecimento (enquanto abstração orientada pelo cálculo probabilístico), incluindo a dissimulação das causas (sempre multifatoriais) e das responsabilidades (sempre de terceiros).

Além de propagado no senso comum, o termo é utilizado em várias áreas do conhecimento, acumulando, portanto, muitos significados e dificultando o que se busca analisar, tornando-o, muitas vezes, polêmico. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia produziu incertezas, em grande parte de caráter global, ressaltando os riscos industriais e ambientais que colocam em perigo toda a humanidade (efeito estufa, energia nuclear), os riscos econômicos e políticos (guerras, violência e vulnerabilidade social), os riscos financeiros (lucros fantásticos e prejuízos monumentais). Por essa razão, o risco ganhou centralidade como questão social, política, econômica, jurídica e ética na atualidade, tornando-se importante conceito para referir problemas coletivos, em áreas como a epidemiologia, a tecnologia, o meio ambiente e o direito, dentre outras.

Para as disciplinas consideradas ‘duras’, tais como a engenharia, a epidemiologia, o conceito de risco tem sentido preciso, envolvendo cálculos ou probabilidades e, mesmo aqui, reflete o contexto disciplinar de produção de conhecimento no qual está inserido.

Nas Ciências Sociais, foi apenas a partir dos anos 1980 que os estudos sobre o assunto ganharam maior visibilidade, inaugurando abordagens e modalidades analíticas para pensar a contemporaneidade. Enfrentamos nesse campo outra dificuldade relevante nas tentativas de estabelecer relações entre os termos risco e perigo, caracterizadas pela distinção ou pela similaridade. Assim, enquanto Beck (2001) utiliza risco e perigo de maneira intercambiável, para Giddens (1991), risco consiste em uma abstração associada aos sistemas peritos. Em Douglas (1976, 1996), perigo e risco são considerados sistemas de ideias para a fixação da experiência coletiva sobre acontecimentos; no entanto, enquanto para os sujeitos “os perigos são bastante reais” (Douglas, 1976, p. 39), o sistema que se constitui a partir do risco oferece possibilidades de escolhas diante das incertezas e inseguranças, como estilo de raciocínio objetivo que ordena fatos. Em Luhmann (apud Brüseke, 2001), quando os agravos são consequências das decisões individuais, fala-se de risco, porém quando danos decorrem de

fenômenos situados para além do controle individual, tem-se perigo. Para Castel (1987), em seus estudos sobre perturbações mentais e psicanálise, “um risco não resulta da presença de um perigo preciso, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de risco) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis.” (Castel, 1987, p. 125).

Sem pretender esgotar o assunto, percebe-se que, na tentativa de demarcar os dois conceitos, há (ainda) uma ênfase nos aspectos de abstração, de impessoalidade, de escolhas objetivas ou racionais com relação ao conceito de risco. Todos estes elementos são fundamentais no processo de construção de um conceito com abrangência universal, como apontou Douglas (1994), próprio da modernidade. De acordo com a autora, na tentativa de reduzir incertezas, o termo risco tornou-se uma “forma decorativa para a palavra perigo” (Douglas, 1994, p.40). Na verdade, tal mudança semântica possibilitou que o termo se revestisse de cientificidade, ao permitir quantificar as possibilidades em termos de probabilidade, única forma aceita pela ciência. O conceito se consolidou em várias áreas justamente porque possui a **aura da ciência** e sustenta a **pretensão de um possível cálculo preciso**.

O sociólogo Robert Castel (1983) expressou muito bem como esse “novo espaço para o risco” se tornou possível, a partir do momento que se autonomizou a noção de risco em relação à de perigo (Castel, 1983, p.122), o que acarretou consequências para as políticas e estratégias preventivas, foco de sua análise. Preocupações, pertinentes como demonstram algumas políticas de saúde pautadas pelo conceito epidemiológico de risco, que responsabilizam os sujeitos e propõem, por vezes, intervenções exageradas com graves consequências éticas e políticas.

Neste sentido, não se pode deixar de assinalar que, na última década, os estudos sobre risco apresentam um deslocamento que marca a passagem de uma perspectiva da prevenção para a da precaução, no contexto das relações entre instituições e sociedade, como já demonstrava Ewald (1996). Nesta linha analítica, Godard et al. (2002) trazem uma reflexão sobre a cultura de segurança, gestão de crise e medidas de precaução para fazer frente aos novos riscos; neste sentido, as medidas adotadas deveriam fortalecer, mas terminam por dissolver a confiança do cidadão sobre a gestão dos riscos coletivos pelas instituições políticas e sociais, incluindo o Estado. Para isso, descrevem três contextos de crise vividos ainda nas últimas décadas do século 20: a contaminação do Tylenol (paracetamol), ocorrida no laboratório Johnson & Johnson, na região de Chicago, em 1982; o enfrentamento da ‘doença da vaca louca’ (Encefalopatia Espongiforme Bovina) pelo Reino Unido, em 1996; e, por fim, a destruição da rede de transmissão de energia elétrica em Quebec, no ano de 1998. Para os autores, a tomada de decisão teria no princípio da precaução, enquanto “disposição para evitar um mal ou atenuar seus efeitos”, um dos pilares do sistema de ação pública de redução de risco (quantificados ou potenciais), contemplado ainda por outras duas concepções: a da prevenção e a da gestão de crise, e a ênfase na

segurança dos riscos potenciais.

Ainda como desdobramento desta passagem, alguns domínios (genética, medicina) investem na capacidade de predição, como via de antever o futuro, especificamente quando se trata de alterações genéticas e qualidade de vida, caracterizando uma passagem do diagnóstico à predição. Segundo Verdier (1996), a medicina preditiva envolve um conjunto de inovações, graças à biologia molecular, capazes de “avaliar o risco de surgimento, evolução e transmissão de certas doenças, antes mesmo do surgimento dos sintomas” (Verdier, 1996, p. 413). A ‘medicina preditiva’ põe um conjunto de questões para os cientistas sociais, em razão dos diferentes elementos que seus protocolos colocam em pauta, envolvendo descrição e normatividade, mas também os riscos aceitáveis e questões de ética, dilemas e desafios em relação à decisões a serem tomadas pelas pessoas que enfrentam tais diagnósticos/prognósticos.

Para além dos protocolos de diagnóstico e predição, defende-se “novas orientações das atividades médicas”, agenciando pré-doentes (como pré-diabéticos) ou na realização de diagnósticos que fundamentam decisões sobre modalidades de intervenção médica, interferindo também nos comportamentos familiares e sociais, como indicado por Löwy (2011) a propósito da identificação de má-formações durante a gravidez, a partir da evolução das técnicas de diagnóstico pré-natal. A predição envolve, desta forma, a inunção de novas modalidades de riscos, baseados em uma antecipação temporal, espacial e corporal. Trata-se de uma gestão de risco orientada pela sua antecipação, como um sistema social de controle voltado ao pré-patológico, às potencialidades do risco e do perigoso, incorporado pelas instituições e subjetividades, tal como reivindicado por Castel (1987).

Voltando à polifonia do termo e aos diferentes sentidos que ele adquiriu como conceito em áreas distintas do conhecimento, fomos instigadas à organização desse dossiê, a fim de reunir pesquisas e discussões, considerando que merecem, ainda, em nosso país, maior espaço para divulgação e debates ampliados.

Antes de apresentar o dossiê, propomos ao leitor um breve apanhado sobre o desenvolvimento histórico da noção de risco e das teorias relacionadas a ela, ligadas ao campo das Ciências Sociais, embora muitos outros autores já o tenham feito com grande propriedade. Arriscaremos aqui uma sistematização de alguns caminhos que têm guiado as pesquisas, uma vez que são muitos e distintos os enfoques, as influências e as formações teórico-metodológicas, a partir dos quais os estudos nesse campo vêm sendo realizados. A intenção é contribuir com a sistematização desse debate nas Ciências Sociais, no contexto brasileiro, e estimular uma maior visibilidade para a discussão, incluindo sua interface com outras áreas do conhecimento.

Do conceito e das teorias do risco nas Ciências Sociais: alguns apontamentos

De acordo com vários autores (Le Breton, 2012; Peretti-Watel, 2003; Douglas, 1994; Calvez, 1993; Duclos, 1996; Bernstein, 1997), a palavra risco aparece entre os séculos 16 e 17 – três séculos depois da palavra perigo –, no contexto dos jogos de azar e da análise matemática quanto à probabilidade de um evento vir a ocorrer. Passa a ser utilizada para se pensar as possibilidades de ganho no comércio marítimo, considerando-se as possibilidades de perdas no mar. No século 19, a análise de probabilidades tornou-se comum, e os cálculos de risco mostraram-se importantes no âmbito da economia, sendo aplicados às esferas do comércio e da indústria, para estimativa de investimentos, em termos de custo-benefício. O termo se consolidou ligado ao sentido de possibilidade – positiva e negativa – incorporando a ideia de escolha racional, ponderadas as possibilidades de ganhos e de perdas. Aos poucos, o sentido de possibilidade de um evento negativo acontecer ganhou hegemonia e o termo foi incorporado como conceito nas ciências modernas (Douglas, 1994; Calvez, 1993).

O conceito de risco começou a designar, então, em termos de cálculos probabilísticos, a possibilidade de um evento negativo acontecer. Fortalecida sua associação com a possibilidade de resultados negativos, ele passou a expressar danos, coisas ruins e indesejáveis. Nesse sentido, de acordo com Douglas (1994, p. 15), pode-se compreender por que a ideia de risco se adaptou bem às sociedades atuais: “sua terminologia universalizante, sua abstração, seu poder de condensação, sua cientificidade, sua conexão com análises objetivas, é perfeita. Sobretudo, seus usos jurídicos ajustam o instrumento para a tarefa de construção de uma cultura que dá suporte à sociedade moderna industrial”.

Como conceito, passou a expressar a forma pela qual se pensa os riscos e a crença generalizada desenvolvida quanto à possibilidade de decisões cientificamente objetivas sobre as exposições a eles, por exemplo, no domínio dos riscos industriais, ecológicos, médicos, das práticas de esportes radicais e competições esportivas, dentre outros. Passamos a nos acostumar, segue a autora, a “essa matemática da probabilidade se intrometendo em nossas preocupações íntimas, a essa objetividade e codificação dos riscos na nossa presente cultura” (Douglas, 1994, p. 17). Uma das marcas, portanto, do conceito de risco, em grande parte dos domínios em que é utilizado, consiste na ideia de probabilidade, que se faz acompanhar dos sentidos de racionalidade e de neutralidade, em uma complexa tentativa de reduzir incertezas e de controlá-las melhor.

Em uma importante revisão da trajetória das análises de risco nas teorias sociais, Guivant (1998) mostrou como a compreensão do risco enquanto construção sociocultural passou por sua inserção na teoria social contemporânea, considerada como uma categoria analítica profícua para pensar os fenômenos a ela associados, envolvendo questões ambientais, insegurança, violência, estilos de vida, adoecimentos, dentre outras. Neste sentido, grande parte desta reflexão dedica-se ao entendimento dos discursos envolvendo o conceito de risco como instrumento crítico de desmistificação da ordem de confecção/

comunicação, na qual essa construção social desponta, denunciando as modalidades de controle social (individual e populacional, face a face ou panóptico) que resultam daí.

Nesse sentido, a sociologia passou a enfrentar essa discussão a partir dos anos 1980. Dentre os autores que tomaram o risco como foco de análise, Giddens (1991, 1994), Beck (2001) e Giddens, Beck e Lasch (1997) foram referências fundamentais por trazerem a temática do risco da periferia para o centro da teoria social (Guivant, 1998). Os dois primeiros utilizam inclusive o conceito de sociedade de risco em substituição ao de sociedade de classes, considerando principalmente os riscos ambientais e tecnológicos e suas graves consequências como ponto de partida para a compreensão do projeto histórico da modernidade. Para eles, trata-se de analisar as características dos riscos contemporâneos, sua natureza e especificidades, em contraposição aos riscos existentes em diversas épocas e lugares. Beck (2008, p. 2) afirma que a “sociedade moderna se tornou uma sociedade de risco à medida que se ocupa, cada vez mais, em debater, prevenir e administrar os riscos que ela mesma produziu”. Trata-se, portanto, de estudar a insegurança e os riscos produzidos pelo próprio processo de modernização como efeitos secundários e contínuos do desenvolvimento tecnológico (Kanashiro, 2008; Rodrigo, 2008). São riscos globais e coletivos que demandam uma nova abordagem na sua comunicação e no seu enfrentamento (Di Giulio, Figueiredo, Ferreira, 2008; Rodrigo, 2008).

Nessa perspectiva dos riscos globais, Peretti-Watel (2002, 2003) passou a analisar a percepção que os sujeitos sociais têm dos riscos produzidos sobretudo pelas indústrias e tecnologias modernas e os seus efeitos danosos à vida em sociedade. Tais riscos são definidos como eventos negativos, ameaças indesejáveis que devem ser evitadas, embora sejam percebidas de maneiras diferentes pelos sujeitos sociais, visto que trazem uma coerência associada às experiências coletivas e não a uma racionalidade oriunda do discurso especializado sobre o risco. A questão da percepção individual do risco está no centro dos problemas políticos contemporâneos, considerando-se a relevância da compreensão de como os indivíduos “apreendem as ameaças que pesam sobre sua existência” (Peretti-Watel, 2003, p. 10).

Outro autor referência para esse debate sobre os sentidos dos riscos, Le Breton (1991, 2002, 2004, 2007) tem ressaltado, em seus trabalhos, o gosto pelo risco por parte daqueles que não o evitam, mas que buscam e valorizam sua experiência – os empreendedores, os desportistas, os guerreiros, dentre outros –, mesmo que de forma inconsciente e ambivalente, a exemplo dos jovens, sujeitos de suas pesquisas atuais. O autor propõe analisar as condutas de risco como um rito ordálico moderno, ou um rito individual de passagem, no qual o sujeito joga, inconscientemente, com a morte, buscando sentido e valor para a existência. Nas sociedades modernas, o sujeito seria levado, segundo o autor, cada vez mais, a contar consigo próprio na elaboração de sentido para a sua existência em um mundo onde há um eclipse do simbolismo coletivo. Efetiva-se, segundo ele,

uma experiência que assegura ao sujeito esse suplemento de sentido que dota a existência, mesmo que por um momento apenas, de unidade e de plenitude. Proporciona ao indivíduo um sentimento de identidade pessoal que o campo simbólico não permite mais estabelecer duravelmente (Le Breton, 1991, p. 70).

É como se o indivíduo tivesse que perguntar ao vasto repertório de conhecimentos, de representações e de significados, acumulados ao longo da própria vida, e influenciado por seu pertencimento social, qual valor atribuir às experiências sociais, emprestando, para tanto, a lógica do bricoleur (Le Breton, 1991; Balandier, 1994).

Outros autores passam também a enfatizar o plano da percepção dos riscos e suas implicações culturais e sociais. Como já afirmado, Douglas (1994, 1996) e Douglas, juntamente com Wildavsky (1984, 1996) realizaram estudos com o objetivo de elaborar uma teoria cultural dos riscos, através de um modelo teórico, abrangendo diversos tipos de organização social (de culturas) relacionados a diferentes percepções de risco e a distintas reações para dar significados a eles e enfrentá-los. Trata-se de analisar como os grupos sociais selecionam (para a percepção) alguns riscos e distraem a atenção sobre outros, ou seja, como elaboram a percepção que têm deles. A análise enfatiza como valores e princípios morais afetam a percepção de risco, daí os processos de responsabilização e de culpabilização existentes em todas as culturas.

Douglas (1976, 1994) dá continuidade às suas pesquisas ao focar a relação existente entre poluição moral e ordem social nas sociedades tradicionais e nas modernas. Os perigos mostrariam, segundo ela, os lugares/posições e os deveres sociais, sendo utilizados como técnica de coação social, ampliando, dessa forma, para nossas sociedades, suas pesquisas sobre como perigos, desgraças e infortúnios são interpretados nas sociedades tradicionais. Convencida de que o perigo, a sujeira, o mal, a doença sempre foram moralizados ou politizados na história da humanidade, o que não podia ser diferente na atualidade, Douglas apontou recorrências históricas nas reações coletivas diante do sofrimento ou do infortúnio: o medo do desconhecido e a segurança no familiar; a busca de limites e, em grande parte das culturas, de rituais para marcar mudanças de *status*; as explicações moralistas para os perigos e os sofrimentos; a busca de ‘bodes expiatórios’, dentre outros. Ela analisou como o mesmo fenômeno se dá atualmente e concluiu que o risco não é pensado e vivenciado de forma racional, em termos de probabilidade, sem relação com a moral, os valores, as crenças e os juízos, mas, justamente, diz respeito às experiências cotidianas de convivência, nas quais busca-se garantir o controle sobre os fenômenos considerados contrários à ordem social. O que Douglas estima é que não somente os fenômenos relacionados à ordem estão sob a atenção social, mas também os fenômenos considerados do âmbito da contra ordem, ou melhor, a desordem (ameaça, ambiguidade, perigo, insegurança etc.).

Ela enfrentou o **modelo cognitivo individualista** e o clima de entusiasmo em relação

aos progressos tecnológicos que fazia prevalecer a ideia de que “os avanços ocidentais do conhecimento dissolveram o nó utilizado, em todo lugar, para conectar moral e perigo” (Douglas, 1994, p. 9). O consenso era o de que, em nossa sociedade, os riscos se conheciam e se dominavam pela tecnologia, pelo autoconhecimento e por uma maior consciência. Mágica e tabu, portanto, provinham da ignorância.

Esse exercício relativizador foi (é) fundamental para entendermos como o risco se transformou em um conceito chave em várias áreas do conhecimento, generalizando, muitas vezes, maneiras de expressar fatos objetivos (‘reais’) não passíveis de discussão e de contextualização sociocultural. A polêmica do ‘objetivo’ *versus* o ‘subjetivo’, para definir de forma abreviada, é constitutiva do desenvolvimento do conceito. De um lado, a objetividade do fato e da realidade concreta, de outro, a percepção ou a experiência dos mesmos, desdobrando-se em outra polaridade, aquela de um conceito com abrangência universal *versus* um conceito com potencialidade de expressar particularidades culturais.

As mudanças que os conceitos de risco foram experimentando ao longo de seu desenvolvimento, incorporaram igualmente a necessidade de especialização das várias áreas do conhecimento e dos diferentes eixos temáticos que têm o risco como foco de pesquisa (meio ambiente, direito, saúde, trabalho, economia, trânsito, aventura, para citar apenas alguns), criando jargões específicos e a consequente dificuldade de diálogo interdisciplinar.

No cenário acadêmico brasileiro, o artigo de Guivant (1998), já citado, trouxe grande contribuição para a reflexão sobre a entrada do risco na compreensão das formações sociais contemporâneas. O texto aponta as principais tendências nas análises social e cultural dos riscos, contextualizando o protagonismo de Beck e Giddens ao referir os estudos sobre o assunto. É a partir da década de 1990 que os trabalhos começam a se multiplicar, em diferentes áreas. No que diz respeito às Ciências Sociais, a temática do risco esteve (está) bastante interligada às Ciências da Saúde, em nosso país. Apesar das inúmeras tentativas de aproximações dessas duas áreas, as dificuldades de pesquisas e de debates nessa interface são muito grandes. Estamos ainda diante do desafio, como afirmam Zaluar e Castro Santos (2010, p. 56), de estabelecer um “diálogo sem sincretismos”, referindo-se à preeminência da epidemiologia no debate sobre riscos.

De acordo com breve levantamento, uma das primeiras publicações se deu pela iniciativa da Revista *Cadernos de Saúde Pública* com a organização de um dossiê, divulgado em 2001. Os textos ali reunidos estão dispostos a partir do artigo de Mary Jane Spink que traz a instigante discussão sobre o risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. Nele, a autora relativiza o caráter negativo, comumente atribuído ao risco, resgata a trajetória discursiva do risco e propõe pensar o risco-aventura como metáfora na modernidade tardia, em uma tentativa de mostrar como o termo reflete as novas formas de sensibilidade social e, portanto, a maneira como se está construindo a sociabilidade contemporânea.

Neste sentido, o apelo ao risco-aventura é representativo de como a noção de risco

se torna uma estratégia promissora para legitimar valores nas sociedades contemporâneas e seus desdobramentos em níveis diferenciados da vida social. Tal ênfase no risco-aventura pode ser interpretada como ideologia ou como metáfora de um estilo de vida no qual os desafios, as performances, as disciplinas aparecem como um conjunto de regulamentações de salvação pessoal, conforme o sociólogo francês Alain Ehrenberg (2010), diante da dificuldade de transformações políticas coletivas, próprias das sociedades contemporâneas. O mérito do dossiê foi dar visibilidade a uma discussão da qual participaram autores que dialogam com as Ciências Sociais, mesmo que tenha havido uma preponderância de profissionais ligados às áreas da Saúde e que eles enfatizem suas contribuições acerca da natureza do risco aplicado ao seu campo disciplinar de produção de conhecimento e as implicações para o domínio da saúde.

Em 2008, a Revista eletrônica *Com Ciência*, da Sociedade Brasileira para o Progreso da Ciência (SBPC), publicou um dossiê sobre risco com a contribuição de autores de diversas áreas e abarcando vários temas, tais como: tecnologia e desenvolvimento científico; meio ambiente; desastres e catástrofes; vertigem e acaso; controle do risco e precaução; percepção de risco; comunicação e governança do risco. A coletânea tem como tônica o debate sobre a relação entre ciência e tecnologia e as incertezas aí produzidas. Como adverte o editorial, “por mais cálculo que o risco admita para sua contensão, ele próprio é incapaz de calcular-se, enquanto elemento do imprevisível” (Vogt, 2008, s/p).

Vale citar outra coletânea, mais recente, em razão do tema polêmico que ela aborda – o risco do tabaco – e de sua visão crítica à política antitabagista. Organizada por Renato Veras (2010) e publicada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ela é fruto de um debate realizado por professores do Instituto de Medicina Social (IMS), das áreas das Ciências Sociais, da Psicanálise, da Epidemiologia e da Medicina, e demonstra o quão frutífero pode ser o debate sobre risco entre essas áreas.

Longe de pretender esgotar a produção realizada nas Ciências Sociais, esperamos ter apresentado um panorama, certamente insuficiente e restrito, em razão da formação e dos limites das duas organizadoras desse dossiê, mas que possa servir para estimular a continuidade da discussão em nosso país. Como tentamos demonstrar, tal debate demanda, cada vez mais, por um lado, a demarcação e a clareza das especificidades do uso do conceito e, por outro, o aprofundamento do diálogo entre as áreas de conhecimento, os eixos temáticos e as diferentes abordagens, uma vez que a extensão de seu uso pode produzir, como alertavam os editores do dossiê da revista *Esprit* (1965), a pobreza do vocabulário.

Corremos o risco, é certo, de ter deixado de fora destas considerações uma ampla gama de estudos sobre risco, desenvolvidos desde as primeiras publicações, com diferentes enfoques encontrados na literatura mundial, ao reforçar a leitura dos autores mais citados a respeito das reflexões sobre risco nas Ciências Sociais e ao sermos obrigadas a selecionar os textos aqui publicados, conforme apresentaremos a seguir.

Voltando ao dossiê e arriscando uma apresentação

Potência ou fraqueza do conceito? – pergunta Duclos (1996), em outra coletânea sobre o assunto no dossiê temático do *L' Année Sociologique*, publicado em 1996. Acreditamos na sua potência.

O desafio do dossiê foi, portanto, o de enfrentar esse debate, e trazer aos leitores exemplos das abordagens atuais, dos enfoques e dos eixos temáticos, nas Ciências Sociais, sobre o assunto. Desde o início, decidimos que a disposição do dossiê seria para a abrangência proposital do termo risco, de modo a permitir a confluência de estudos que problematizam o tema, tanto em termos das análises sociais quanto em termos das suas apropriações coletivas e individuais.

Consideramos que os estudos aqui apresentados trazem abordagens e modalidades analíticas instigantes e fundamentais para pensar a contemporaneidade. Recebemos 22 artigos de autores/as da Sociologia, Antropologia, Ciências da Saúde, Direito, Ecologia e Meio Ambiente, Educação Física, oriundos de pesquisas etnográficas, de pesquisas empíricas e apreciações de porte teórico-analítico. Os artigos vieram de diferentes instituições universitárias e de pesquisa, de várias regiões do país e se distribuíam nos seguintes eixos temáticos: risco, ciência e tecnologia; riscos industriais e ambientais; riscos relacionados à saúde e à gestão da vida; riscos no mundo do trabalho ou riscos profissionais. Destes, selecionamos 14 para publicação neste dossiê e optamos por critério temático de organização e de apresentação, inspirado pela contribuição dos próprios artigos: 1) sociedade contemporânea, normatividade e biopolítica; 2) percepções e gestões de riscos; 3) riscos industriais e ambientais; finalizando com uma discussão sobre ciência e tecnologia.

Sociedade contemporânea, normatividade e biopolítica

Os artigos de David Le Breton (Université de Strasbourg), de Mary Jane Spink (PUC-SP), de Luiz Antonio de Castro Santos (IMS/UERJ), de Marcos Bagrichevsky (UFES) e Adriana Estevão (UFES) e de César Pessoa (Universidade Castelo Branco) e Rodrigo Garrido Grazinoli (IPPGF-PCERJ) apresentam contribuições fundamentais para a análise da sociedade contemporânea, de modo geral e, de forma mais específica, uma crítica ao risco como normatização em suas formas, estratégias e políticas ditas de prevenção, ou novas modalidades de vigilância, nas palavras de Castel (1983).

Optamos por incluir o artigo de David Le Breton, “O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes”, neste primeiro momento, em razão da sua importante e atual discussão para a compreensão das formas de socialização entre jovens nas sociedades contemporâneas. O autor focaliza sua discussão em torno das “condutas de risco” entre adolescentes, trazendo um aporte indispensável no que diz respeito às discussões sobre as exposições deliberadas dos jovens às diferentes formas de risco. Além disso, proporcionará

ao leitor brasileiro uma retrospectiva de suas contribuições acerca das quatro figuras antropológicas do risco e dos conceitos de “ritos de contrabando” e de “ritos individuais de passagem”, em comparação aos ritos de passagem próprios das sociedades tradicionais largamente estudados pela antropologia. Essa discussão destaca aspectos importantes das sociedades contemporâneas no que diz respeito ao risco como componente identitário. Como diz o autor “Colocar-se em prova, de maneira individual, é uma das formas de cristalização moderna da identidade”.

Nessa trilha das transformações das subjetividades, no contexto do “ideário contemporâneo de individualização”, o artigo de Mary Jane Spink, “Aventura, liberdade, desafios, emoção: os tons do apelo ao consumo do risco-aventura” –, traz uma análise relevante do lugar do risco-aventura nas sociedades atuais, a partir de sua contribuição no cenário acadêmico brasileiro com relação à discussão sobre as tradições da linguagem dos riscos: risco-perigo, risco-probabilidade, risco-aventura. A autora analisa com muita propriedade, a partir de dados obtidos em extensa pesquisa sobre textos e imagens veiculados em anúncios de revistas, a linguagem do risco-aventura utilizada como estratégia de consumo, pela via da publicidade, em que o papel da mídia é analisado na co-construção de sentidos sobre fenômenos sociais. A autora avalia a crescente ideologização do risco, mobilizando produtores, editores e leitores em apelos imagéticos e discursivos que apontam para uma crescente valorização da aventura, da liberdade, da superação de limites e da emoção.

A linguagem dos riscos pode igualmente discriminar e responsabilizar individualmente os sujeitos nos cuidados com a vida (e com a saúde). O aspecto da dimensão política do risco como normatização é problematizado no artigo de Luiz Antonio Castro Santos, “A hermenêutica do silêncio: vencedores e vencidos de uma luta desigual”, de forma criativa e provocativa, enfocando o caráter dominante e autoritário das relações entre saúde, ciência e moral. Ao abordar a “cruzada moral” antitabagista, o autor revela como determinados costumes e hábitos individuais são tomados como campos de batalha cujo interesse está no controle sobre o Outro, nas palavras de Foucault (1989), como um panóptico que a tudo vê. Aqui, a “vontade de saber” não se aplica às duas faces de Juno, mas apenas àquela que interessa aos moralistas de plantão. A democratização do conhecimento produzido pela ciência deve propalar não apenas aquele conhecimento agenciado pelos interesses dominantes, ou eleitos pelas agências de fomento como campos privilegiados de financiamento, uma vez que todos os produtos de conhecimento merecem sua divulgação, inclusive aqueles que se posicionam contrariamente. Atitudes antidemocráticas de divulgação de conhecimento fazem com que a ciência não tenha o reconhecimento social que a época exige: a capacidade de informar ao cidadão os fatos construídos por ela, com imparcialidade, como proposição de conhecimento e possibilidades de escolha. A contribuição do artigo é inegável, ao trazer elementos para que o debate possa avançar e os acadêmicos e responsáveis por políticas de saúde evitem excessos no enfrentamento

do tabagismo e, sobretudo, evitem o perigo da unanimidade que pode levar à cegueira na abordagem do assunto. Para tanto, faz-se necessária uma educação em saúde que não seja autoritária (de cima para baixo e de fora para dentro), mas sim dialógica, e que possa ouvir os sujeitos para, juntamente com eles, procurar alternativas viáveis e que respeitem as formas de sociabilidade e as vicissitudes individuais (ética das sociabilidades).

Ainda nesse sentido político do risco como normatização, o artigo de Marcos Bagrichevsky e Adriana Estevão, “O imperativo da epidemiologia dos fatores de risco em face das desigualdades sociais: agenciamentos discursivos sobre o sedentarismo” –, ilumina de forma contundente a problematização de importantes questões relacionadas ao risco como normatividade, sobretudo a do alargamento do conceito de saúde para os conceitos de “estilo de vida” e de “qualidade de vida”. Tal movimento pode ser observado em artigos acadêmicos sobre saúde/doença, em textos de divulgação para o público em geral, em peças publicitárias, dentre outros meios, incitando o cuidado pessoal e o consumo de determinados produtos ou serviços para o alcance de um estado ideal de ‘saúde’. As imprecisões e deslizamentos de significados desses conceitos são bem discutidos pelos autores, que mostram, igualmente, as implicações para as relações sociais e para as políticas públicas desse processo de moralização e de responsabilização pessoal com relação a determinados “comportamentos de risco”. Tais comportamentos passam a ser percebidos como falta de cuidado consigo próprio e, conseqüentemente, não são discutidos nas suas dimensões políticas, econômicas e culturais.

O artigo de César Pessoa e Rodrigo Garrido Grazinoli, “Policimento genético: o DNA publicizado em nome da segurança pública”, reporta a discussão para a temática do biopoder a partir da reflexão sobre as implicações da Lei nº 12.654/2012, sobre a construção de bio-banco pelo governo brasileiro como mecanismo de controle da criminalidade. Para os autores, está em pauta o que designam por “práticas de administração da vida”, cujas implicações sociais e éticas envolvem a inversão sobre esferas da vida: privada e pública. A discussão levantada é que essa inversão reproduz mecanismos de invasão da biós, enquanto medida jurídica, em nome da segurança coletiva a partir do princípio da prevenção, medidas que se avizinham à perspectiva do século 19, como refere Ewald (1996).

Percepções e gestões de riscos

Os artigos de Ondina Fachel Leal (UFRGS) e Daniela Riva Knauth (UFRGS), de Soraya Fleischer (UNB), de Marta Cioccarri (MN/UFRJ), de Mónica Franch (UFPB) e Artur Perrusi (UFPB) e de Débora Arruda Campos de Andrade Lima (UFPB) compõem a temática das investigações sobre percepções e gestões de risco nas Ciências Sociais, ao explorarem elementos das representações e formas de enfrentamento de acontecimentos cotidianos. São estudos que trazem a diversidade de experiências dos grupos sociais, demonstrando o caráter arbitrário e vivencial no qual se ancoram as experiências sociais

de risco. Todos eles sustentados em pesquisas de cunho etnográfico ou de abordagem qualitativa, trazendo contribuições que expressam a riqueza da ‘voz’ e do ‘olhar’ do outro, sujeitos que vivenciam perigos e lhes atribuem significados distintos e contextualizados em sua realidade social.

O artigo “Riscos em alto mar: concepções e práticas sobre segurança no trabalho *offshore*”, de Ondina Leal e Daniela Knauth, oferece uma contribuição relevante para pensar o risco em termos da valorização da experiência cotidiana de grupos específicos. O enfrentamento das contingências se fundamenta na estimativa do caráter do risco, o mar/a natureza, e as normas e regulamentações do mundo do trabalho. Neste contexto, a cultura de segurança apresenta outros parâmetros, balizados pela lógica da vivência do risco, diferentemente dos institucionalizados. Riscos que podem ser analisados a partir de uma espécie de luta corpo-a-corpo com a natureza. Embora, nas sociedades atuais, a relação com a natureza esteja cada vez mais mediada pela tecnologia, há ainda áreas de trabalho, como no caso do estudo apresentado, em que essa relação é fundamental para a construção de uma identidade social com base em uma profissão ou em uma atividade laboral nas quais a coragem (e mesmo o heroísmo) é componente fundamental em razão de um cotidiano permeado de riscos. Assim, critérios como experiência no trabalho, conhecimento da atividade e iniciativa de improvisação tornam-se referentes mais significativos do que a abstração das programações de treinamento e normas regulamentadoras. Para os trabalhadores acompanhados pelas autoras, existem outros elementos que tornam o trabalho mais arriscado e que são dimensionados no âmbito das relações sociais, como: a permanência em alto mar, o confinamento no barco, o convívio com novatos.

É também no intuito de suprir uma necessidade importante na literatura antropológica sobre risco e segurança, sobretudo na área laboral, que Marta Cioccarri nos brinda com o estudo sobre risco e trabalho nas minas de carvão. Ao invés de apresentar análise e definições a *priori*, de maneira antecipada e abstrata, a autora ‘etnografa’ o que representa, para esses mineradores, trabalhar dentro das minas de carvão, ou seja, ela apreende em campo, junto ao grupo pesquisado, os sentidos do risco (ou do perigo): heroísmo, destino, paixão, terror, necessidade... Traz uma importante contribuição para o dossiê ao contextualizar a questão do risco em uma situação social específica e atual. O artigo “Perigos, riscos e destino: um estudo das percepções de trabalhadores em minas de carvão” apresenta as repercussões, na vida de mineradores, das transformações recentes ocorridas na mineração, impactados pelos projetos da mineração de superfície. Desta forma, os riscos se ampliam e, além das apreensões das condições de trabalho, que faziam parte da vida dos mineradores, eles se deparam com o enfrentamento da temática ambiental e os impactos da mineração, envolvendo diferentes instituições sociais: empresas mineradoras de carvão, sindicatos, ambientalistas e o Estado; no entanto, aos trabalhadores resta a ameaça de desemprego como parte das atuais apreensões do seu cotidiano.

O artigo de Soraya Fleischer, intitulado “O mundo dos bens e mal passares: vivendo

com hipertensão na Guararoba, Ceilândia/DF”, revela como a vivência cotidiana com o risco, associado à saúde/doença, tem outras implicações e outras formas de gestão, diferentemente das normatividades propostas pela instituição biomédica. A gestão dos riscos pelos adoecidos crônicos passa por uma forma de aproximação com a medicina que consiste, também, em manipular os elementos de significação utilizados pelos agentes legítimos de definição do adoecimento, mas, principalmente, passa por uma gestão diferenciada de si mesmos como sujeitos que conhecem os ‘sinais’ emitidos pelo próprio corpo. O texto é revelador de como a experiência com a doença permite a incorporação de unidades de significação oriundas dos discursos dos profissionais de saúde; incorporação que envolve, também, a tecnologia médica como forma de aproximação com a lógica/racionalidade de explicação da doença – medicina. Trata-se, além disso, de ‘concretizar’ os fenômenos abstratos do diagnóstico médico em objetos palpáveis e que dão legitimidade ao ‘sentir’, pois registrado em cifras dadas pelo chamado “aparelho de pressão”. Talvez a ponderação a ser feita seja que os riscos não são tomados pelos nativos como ‘riscos’ ou ‘perigos’ no sentido expresso atribuído por técnicos, mas como acontecimentos carregados de possibilidades – por exemplo, um ‘desgosto’ ou ‘desentendimento’ com um filho – e que podem resultar em uma elevação da pressão arterial, o que não pode ser controlado. Entende-se que a gestão do risco no cotidiano não assume uma forma tão precisa, na perspectiva do “estabelecer fatores” que podem chegar à Hipertensão arterial; o fato é que as pessoas avaliam as possibilidades de elevação da pressão por diferentes situações, algumas ocasionadas pelos descuidos consigo e outras associadas aos acontecimentos do dia a dia, em sua grande maioria, em função das relações sociais (familiares, vicinais etc.). Assim, o texto traz *insights* estimulantes, ‘bons para pensar’ no campo da Antropologia da Saúde.

O artigo intitulado “Trabalhadores e risco: apontamentos sobre práticas de saúde”, de Débora Arruda C. de Andrade Lima, traz uma reflexão instigante acerca das relações entre trabalhadores da saúde e usuários mediados pela ideia de risco. O texto vem contribuir para os estudos que invertem a lente da pesquisa, trazendo os profissionais e o serviço de saúde para o centro da investigação, a partir da etnografia realizada no Centro de Testagens e Aconselhamentos/CTA, no município de João Pessoa (PB). Ele explora como a dimensão moralizadora da doença atinge os agentes sociais envolvidos na atenção à saúde (no contexto do Centro de Testagens e Aconselhamentos, de diagnóstico), percebida nos detalhes e sutilezas aplicados aos protocolos, procedimentos e instrumentos utilizados na realização do atendimento ao usuário. Trata-se da experiência construída a partir de três pilares: a perspectiva coletiva sobre a doença; os parâmetros e normas do campo profissional e da saúde (regulamentações do Ministério da Saúde e políticas de redução de risco) e as subjetividades dos profissionais. O artigo revela que a mediação do risco admite, também, o “conjunto de valores e crenças que norteiam os julgamentos morais sobre o Outro”, relativizando a noção de seguro, oriunda das normas de biosegurança, daí derivando preferências por equipamentos e técnicas, cumprimento das normas ou sua subversão, entre

outras estratégias utilizadas no contexto da pesquisa.

No artigo “Carne com carne: gestão do risco e HIV/Aids em casais sorodiscordantes no Estado da Paraíba”, Artur Perrusi e Mónica Franch trazem a reflexão sobre risco para o campo da gestão, a partir da experiência de casais sorodiscordantes. A conjugalidade sorodiscordante é considerada, pelos autores, uma situação social emblemática para entender as relações entre indivíduos, sistemas experts e sociedade, dimensionadas na forma de políticas, reflexividades e individualidades. É por este prisma que procuram demonstrar como aspectos de ordem macrosocial se articulam com as inflexões de ordem microsociológica, incluindo, neste contexto, as relações usuário-profissional de saúde e entre cônjuges como esferas de imposição da doença e da gestão do risco. Os autores levantam a problematização do risco enquanto um ordenador moral e de responsabilização (inserido no seu campo de atuação, as instituições de saúde, o Estado etc.) e a doença/Aids como um agente político de revisão das instituições, por exemplo, da noção de paciente, das relações entre profissionais de saúde e usuários, da promoção de políticas de saúde, dos movimentos sociais, da conjugalidade e da gestão de risco. Exploram, assim, as diferenças existentes entre as lógicas envolvidas na ação política da gestão de risco, nas quais duas se sobressaem: a do atendimento profissional (das “injunções normativas” de caráter biomédico, exercidas pelos profissionais de saúde) e a dos usuários (com subjetividades e projetos familiares). O risco se introduz nesta conjugalidade na medida em que desconfigura a imaginada “proteção” atribuída aos relacionamentos considerados estáveis. Por isso, o contexto de diferença sorológica interpela visões de mundo sobre esferas sociais e políticas enraizadas, exigindo uma abertura para os novos projetos de vida pessoal e social.

Riscos industriais e ambientais, ciência e tecnologia

Os artigos de Gláucia Silva (UFF) e de Thaís Barrozo Melo (UFF); de Arthur Pires Amaral (UFG); de Cynthia Xavier Carvalho (UFPE), Wânia C. Gomes Di Lorenzo Lima (UNIFE) e Edgard Malagodi (UFCG) e de Joel Paese (UFMG) trazem uma contribuição significativa para se pensar as relações entre risco e Crítica Social (da modernidade), a partir da problematização e análise de fenômenos contemporâneos envolvendo diferentes níveis de apreensão do risco, tais como: o das normas internacionais sobre riscos coletivos, o das políticas públicas e de moradia, o do chamado desenvolvimento e, finalmente, das relações entre ciência e tecnologia.

“Para que serve a escala de comunicação de risco nuclear? Reflexões sobre o acidente de Fukushima” é o título do artigo de Gláucia Silva e Thaís Barrozo Melo, que tem como foco de reflexão a utilização da classificação de acidentes nucleares pela Escala Internacional de Eventos Nucleares (INES), utilizada na análise e comunicação de riscos. As autoras tomam o enredo do acidente de Fukushima, ocorrido em 2011, para revelar a natureza política dos riscos tecnológicos e ambientais. Em suas ponderações, questionam

os parâmetros técnicos e a dimensão ética das avaliações de risco, considerando que os instrumentos técnicos admitem, também, uma dimensão política, resguardando algum tipo de interesse de ordem social e/ou econômica. No caso do acidente nuclear japonês, envolve o atraso na adoção de medidas técnicas adequadas à magnitude do evento, ao mesmo tempo em que sinaliza para aspectos políticos relacionados, por um lado, às empresas responsáveis pela produção de energia e, por outro lado, a produção e distribuição de energia elétrica no Japão. A Escala INES classifica os níveis de risco de maneira simplista, sem revelar os aspectos fundamentais dos acidentes, de suas consequências para a vida da população e dos fundamentos éticos implicados nas decisões.

O artigo de Artur Pires Amaral, “Construindo um lugar de moradia em meio ao lixo, a riscos e estigmas: o bairro Parque Santa Cruz, em Goiânia-GO”, traz elementos estimulantes para pensar a associação entre desigualdades, risco e poder público, no contexto das metrópoles, expondo os diferentes pontos de vista sobre o fenômeno da ocupação e utilização para moradia de um antigo lixão. Os discursos sobre a ocupação se revezam entre apoio à iniciativa popular e aqueles que se orientam por análises técnicas do local para indicar sua periculosidade. Demonstra como, apesar do debate, o poder público se estabelece no lugar, a partir da concessão de energia elétrica, distribuição de água e transporte público. É, no entanto, desde a etnografia realizada junto aos moradores que o autor traz à tona os critérios sociais acionados por eles para pensar o risco no seu cotidiano, de modo que não são os rachões nas paredes das residências que apontam o risco de morar no bairro, mas outros aspectos, como a violência visível nas estatísticas e atribuídas aos outsiders, a contaminação dos jovens por atividades ilícitas e, conseqüentemente, o estigma que atinge os moradores, impedindo que sejam admitidos em empregos, por exemplo.

Para Cynthia Xavier Carvalho, Wânia C. Gomes Di Lorenzo Lima e Edgard Malagodi, autores do artigo “Considerações sobre desenvolvimento face à abordagem de risco: confrontos econômicos, sociais e ambientais”, risco é uma proposição promissora para pensar o desenvolvimento tecnológico e econômico, no contexto da globalização, assim como os problemas que se impõem às sociedades contemporâneas, principalmente em contextos societários complexos como o brasileiro, no qual velhos riscos assumem outras roupagens e se coadunam com “novos riscos”. Entre os velhos riscos, os autores chamam a atenção para a fome e o desemprego, mesmo se considerado o aumento da produção e do consumo. No entanto, a esta divisão do risco social no mundo reúnem-se tantos outros originários do desenvolvimento tecnológico e industrial, como os riscos ecológicos, dos alimentos geneticamente modificados, das usinas nucleares etc. Ainda assim tais evidências não são suficientes para interromper os processos de desenvolvimento, e as análises propostas apontam desde tendências conservadoras até tentativas de revisão do modelo de desenvolvimento. As repercussões do modelo de desenvolvimento capitalista adotado já podem ser sentidas na esfera climática e no reconhecimento da finitude da natureza como fonte de recursos, com implicações sobre a produção, o consumo e as condições de vida das

populações.

Por fim, Joel Paese traz sua contribuição com o artigo “Tecnologia, ciência e incerteza na sociedade do risco”, no qual discute a relação entre ciência e política, a partir das controvérsias tecnocientíficas. Para o autor, as incertezas sobre o futuro estão associadas aos problemas trazidos pelo debate entre determinismo e indeterminismo na ciência, levando a uma crise de legitimidade na sociedade do risco. O debate epistemológico no âmbito da ciência é representativo das dificuldades contemporâneas para promover dispositivos de confiança nos sistemas peritos pelas sociedades, trazidos à esfera pública pela adoção de novas tecnologias e de suas consequências para a saúde da população. A reflexão desenvolvida pelo autor aponta os processos sociais que atingem os indivíduos na modernização reflexiva, revelando a dimensão política que envolve risco e ciência.

Para concluir, cabe ressaltar que nos arriscamos, nós também (organizadoras e autores), na tentativa de expor, de maneira coerente, alguns enfoques e possibilidades das análises sobre risco – como categoria analítica e como teoria – no âmbito das Ciências Sociais e nas suas interfaces com outras áreas do conhecimento. No nosso entendimento, elas se mostram profícuas e fundamentais para pensar as experiências sociais vividas no país (e no mundo) e esperamos, com essa iniciativa, contribuir para maior visibilidade de um debate em pleno desenvolvimento.

Referências

- BALANDIER, Georges. **Le Dédale**: pour en finir avec le XXe siècle. Paris: Fayard, 1994.
- BECK, Ulrich. **La société du risque**. Sur la voie d'une autre modernité. Paris: Aubier, 2001.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- _____. “Momento cosmopolita” da sociedade de risco. **Com Ciência** – SBPC, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Risco, n. 104, 10/12/2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/>> Acesso em: 20 nov. 2012.
- BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos Deuses**: a fascinante historia do risco. Trad. Ivo Karytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOHOLM, Asa. Risk perception an social anthropology: critique of cultural theory. **Ethnos**, v.68, n. 2, 1996, p.64-84.
- CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos**. Da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Trad. Celina Luz. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.
- _____. De la dangerosité au risque. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Éducation et philosophie, v. 47, n. 47/48, juin 1983, p. 119-127. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1983_num_47_1_2192> Acesso em: 20 nov. 2012
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Trad. Mônica L. de Barros e Zilda Pinto. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DI GIULIO, Gabriela M.; FIGUEIREDO, Bernardino R. de; FERREIRA, Lúcia da C. Comunicação e governança

do risco: um debate necessário. **Com Ciência** – SBPC, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Risco, n. 104, 10/12/2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=495>> Acesso em: 20 nov. 2012

DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame**. Essays in Cultural Theory. New York: Routledge, 1994.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1984.

DOUGLAS, Mary. **La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales**. Trad. Víctor Abelardo Martínez. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996.

EHRENBERG, Alain. **La fatigue d'être soi**. Dépression et société. Paris: Odile Jacob, 2000.

_____. **O culto da performance**. Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Trad. Pedro F. Bendassolli. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2010.

ESPRIT, Le Risque, 33e. année, n. 334, Paris, Janv. 1965.

EWALD, François. **Histoire de l'État Providence**. Paris: Grasset & Fasquelle, 1996.

_____. Philosophie de la précaution. **L'Année Sociologique**. Études sur le risque et la rationalité, Paris, v. 46, n. 2, 1996.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Trad. Miguel vale de Almeida. Lisboa: Celta Editora, 1994.

GODARD, Olivier et al. **Traité des nouveaux risques**. Paris: Gallimard, 2002.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da Teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB, Rio de Janeiro, n. 46, 2º semestre de 1998.

KANASHIRO, Marta. Controle do risco: uma tarefa infundável. **Com Ciência** – SBPC, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Risco, n. 104, 10/12/2008 Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=497>> Acesso em: 20 nov. 2012

L'ANNEE SOCIOLOGIQUE, Études sur le risque et la rationalité, Paris, v. 46, n. 2, 1996.

LE BRETON, David. **Passions du risque**. Paris: Métailié, 1991.

_____. **Sociologie du risque**. Paris: PUF, 2012.

_____. **Conduites à risque**. Des jeux de mort au jeu de vivre. Paris: PUF, 2004.

_____. **En Souffrance**. Adolescence et entrée dans la vie. Paris: Métailié, 2007.

_____. Les conduites à risque des jeunes. **Agora, Débats-Jeunesses**, Les jeunes et le risque, n. 27, 2002, p. 34-45.

_____. Lanorexia ou le risque du corps sexué. **Revue des Sciences Sociales**, Le risque: entre fascination et précaution, Strasbourg, n. 38, 2007, p. 120-127.

LE BRETON, David; HINTERMEYER, Pascal. Le risque: entre fascination et précaution. **Revue des Sciences Sociales**, Strasbourg, n. 38, 2007, p. 8-9.

LÖWY, Ilana. Detectando más-formações, detectando riscos: dilemas do diagnóstico pré-natal. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, jan./jun. 2011, p. 103-125.

MENEGON, Vera Sônia M.; SPINK, Mary Jane. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: problematizando a comunicação sobre riscos. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betania; PORTELLA, Ana Paula (org.). **Feminismo e novas tecnologias reprodutivas**. Recife: SOS Corpo, 2006. p. 163-188.

PERETTI-WATEL, Patrick. **La société du risque**. Paris: La Découverte, 2001.

_____. **Sociologie du risque**. Paris: Armand Colin, 2003.

_____. Les “conduites à risque”. Des jeunes: défi, myopie ou déni? **Agora**, Débats-Jeunesses, Les jeunes et le risque, n. 27, 2002, p. 16-33.

RODRIGO, Enio. O ambiente das inovações tecnológicas e o risco. **Com Ciência** – SBPC, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Risco, n. 104, 10/12/2008 Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=503>> Acesso em: 20 nov. 2012

SPINK, Mary Jane. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. In: **Cadernos Saúde Pública**, v. 17, n. 6, nov./dez. 2001, p. 1277-1311.

_____. Construção social do risco na sociedade contemporânea. In: **Anais Seminário Cultura, Saúde, Doença**. Brasília; Londrina: PNUD/Ministério da Saúde; CIPSI - Centro de Intervenção e Pesquisa em Saúde Indígena, 2003.

SOCIETES, Revue des Sciences Humaines et Sociales, Risque et quotidien, Bruxelles, n. 77, 2002/3.

VERAS, Renato, **Riscos à Saúde: fumaça ambiental do tabaco** - pontos para um debate. Rio de Janeiro, UNATI/ UERJ, 2010. Disponível em <http://www.crde-unati.uerj.br/renato/risco.htm>.

VERDIER, Henri. La “médecine prédictive” entre croyance et construction de nouvelles catégories de risques. **L'Année Sociologique**, Études sur le risque et la rationalité, Paris, v. 46, n. 2, 1996.

VOGT, Carlos. Quem não arrisca... **Com Ciência** – SBPC, Dossiê Risco, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 104, 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41>> Acesso em: 20 nov. 2012

ZALUAR, Alba; CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. Diálogos e embates entre as ciências sociais e a epidemiologia: a retórica dos riscos. In: VERAS, Renato et al. (org.). **Riscos à Saúde: fumaça ambiental do tabaco** - pontos para um debate. Rio de Janeiro: EdUERJ/Unati, 2010.